

### BANCOS PÚBLICOS FEDERAIS - I

## PL de isonomia foi aprovado na Comissão de Trabalho da Câmara

Na quarta-feira, 7, a Ctas (Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público) da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 6259/05. Denominado de PL da Isonomia, o projeto estende aos novos funcionários dos bancos públicos federais os mesmos direitos dos antigos.

O projeto, que tem a autoria do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) e do deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), deverá ser analisado ainda por mais duas comissões, a de Finanças e Tributação e a de Constituição e Jus-

tiça e de Cidadania. Por tramitar em caráter conclusivo e caso seja aprovado nessas duas comissões, o projeto não precisa passar por aprovação pelo plenário. Após, será encaminhado ao Senado Federal, onde, se aprovado, será repassado para a sanção do presidente da República para que, finalmente, se torne lei.

Os trabalhadores do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia e ainda os da Casa da Moeda são contemplados pelo projeto.

### SANTANDER

## Em São Paulo, banco foi condenado a reconhecer vínculo com terceirizada

O TRT (Tribunal Regional do Trabalho) de São Paulo reconheceu o vínculo empregatício de uma funcionária terceirizada com o Santander. A decisão obriga o Santander a pagar à trabalhadora todos os direitos previstos na Convenção Coletiva da categoria bancária. Como ela havia sido demitida durante a gravidez, o banco foi condenado também a indenizá-la pela estabilidade prevista em lei para as trabalhadoras grávidas. O Santander ain-

da pode recorrer da decisão.

Mesmo sendo contratada através de uma terceirizada, a trabalhadora exercia funções de concessão de crédito, atendimento geral e, fazendo uso da senha de um dos gerentes, ainda atualizava dados dos clientes. Diante disso, o TRT reconheceu a condição de bancária da trabalhadora, concluindo que ela "atuava na atividade-fim do banco, ao qual estava subordinada".

### GOVERNO ESTADUAL

## Governo Yeda rebaixa ainda mais o piso salarial regional

No mês passado, o Governo de Yeda Crusius, com os votos de sua bancada majoritária na Assembléia Legislativa, rebaixou ainda mais o piso salarial regional. Com os 6,9% aprovados na AL, o piso passa a valer apenas 7% a mais que o salário mínimo. Quando foi criado, em 2001, pelo governo de Olívio Dutra, a faixa inicial era 28% maior.

O gráfico ao lado, elaborado ainda antes da decisão tomada pela AL, extraído do sítio [www.cutrs.org.br/](http://www.cutrs.org.br/), mostra a evolução - involução, seria melhor afirmar - do salário mínimo regional desde que foi criado.

### BANCOS PÚBLICOS FEDERAIS - II

## Encontro, dia 17/07, debate a Isonomia

Uma batalha foi vencida na luta pela isonomia nos bancos públicos federais. Mas, como podemos ver na matéria ao lado, a briga vai longe. Por isso, o movimento sindical promove, no dia 17 de julho, o Encontro Estadual sobre Isonomia. No evento, bancários e bancárias do BB e da CEF vão debater formas de dar continuidade à luta pela isonomia e de engajar todos os trabalhadores nela.

### DIREITOS TRABALHISTAS

## Licença-maternidade

**Ampliação para seis meses foi aprovada no Senado**

O Senado aprovou a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que amplia a licença-maternidade para seis meses. Agora, a PEC seguirá para a análise da Câmara dos Deputados. O benefício foi garantido às bancárias ainda na Campanha Salarial de 2009. Os maiores bancos já aderiram à ampliação. Os 54 votos favoráveis e nenhum contrário, obtidos pela PEC no Senado, mostram que a ampliação da licença não é o absurdo postulado por alguns supostos especialistas que pensam apenas nos ganhos empresariais.

### PIADINHA

O que é que as mulheres têm todo mês e dura quatro dias?

O salário do marido.

